

REGULAMENTO

23. INÍCIO DE PROCEDIMENTO- ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO – APOIO EXTRAORDINÁRIO À PRESTAÇÃO BANCÁRIA PARA HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE.

Do **Sr. Vereador João Rodrigues**, submetendo para aprovação proposta de início de procedimento de elaboração regulamentar do Apoio Extraordinário à Prestação Bancária para Habitação Própria e Permanente.

**Assunto: INÍCIO DE PROCEDIMENTO – ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO
APOIO EXTRAORDINÁRIO À PRESTAÇÃO BANCÁRIA PARA HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE**

N.º Informação: I-83873

Data: 23. novembro.2022

ANÁLISE:

Pelo Sr. Vereador João Rodrigues, foi sugerida a elaboração do Regulamento – Apoio Extraordinário à Prestação Bancária para Habitação Própria e Permanente. Assim sendo:

PROCEDIMENTO DE TRABALHO Regulamentos Administrativos – Com Eficácia Externa - PT-01-01-03

Verificação do cumprimentos e passos a seguir:

«1. A UO elabora informação com a intenção de regulamentar/rever regulamento, com a devida fundamentação (INCLUI: fundamentação administrativa, análise custo-benefício, oportunidade), e encaminha para o decisor político (Vereador e/ou Presidente), precedida de parecer do respetivo Diretor Municipal, por forma a colher a sua opinião relativamente à pertinência da proposta».

Da **nota justificativa** da proposta elaborada consta que:

A atual política de aumento das taxas de juro do Banco Central Europeu (BCE) no sentido de combater a inflação, no contexto de incerteza relacionada com a instabilidade do ponto de vista macroeconómico, gerada pela situação de conflito entre a Rússia e a Ucrânia, tem conduzido a um agravamento significativo das condições de vida dos portugueses, sobretudo daqueles que têm um empréstimo bancário para a aquisição de habitação própria e permanente e que viram a sua taxa de esforço aumentar consideravelmente ao longo do ano de 2022.

Os dados do BCE mostram que Portugal é o 9.º país da União Europeia com maior proporção de taxa variável no total dos créditos à habitação. Em setembro, de acordo com o BCE, esta taxa representou 68,9% das novas operações, o que é três vezes mais do que a média da Zona Euro, que está em 23%.

Esta enorme proporção dos empréstimos com juros indexados, neste caso à Euribor, faz com que as famílias portuguesas estejam entre as mais vulneráveis ao aperto significativo da política monetária

Adicionalmente, constata-se que o conjunto de medidas de apoio às famílias neste contexto não tem garantido uma resposta eficaz à necessidade de aliviar os efeitos das taxas de juro no crédito à habitação nos orçamentos familiares, verificando-se a necessidade urgente de implementar medidas no sentido de evitar carências habitacionais futuras desta franja da população.

Face ao exposto, procede-se a criação de um Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária para Habitação Própria e Permanente, criando um Regime de Apoio Direto ao Empréstimo (doravante, RADE), com natureza transitória e excecional, e com as mesmas condições previstas no Regime de Apoio Direto ao Arrendamento (doravante, RADA), com as devidas adaptações nas suas condições de acesso e nos termos de formalização da respetiva candidatura.

Este regime de apoio à habitação consiste na atribuição de um subsídio destinado a comparticipar a prestação mensal no âmbito de empréstimos bancários contraídos até ao final do ano de 2021 para aquisição de habitação própria e permanente.

O período de apresentação de candidaturas a este regime de apoio decorre até ao final do ano civil de 2023, podendo aceder ao mesmo os candidatos recenseados no concelho de Braga e aí residentes há mais de três anos e que tenham idade igual ou superior a 18 anos.

O subsídio é atribuído por um período de 12 meses e o montante a afetar no ano económico de 2023 é comum aos dois regimes de apoio direto à habitação (RADA e RADE). O valor do subsídio é determinado pela aplicação da fórmula prevista para o RADA no Artigo 58.º do Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga.

(O processo foi então remetido a este **Departamento Jurídico (DJ)**).

5. O Departamento Jurídico cria um processo tipo 100.10.400 - Produção e comunicação de atos regulamentares locais, na Gestão Documental.»

✓ Criado o processo nº 2022/100.10.400/40.

«6. O Departamento Jurídico elabora proposta de início de procedimento» E,

«7. Informa e envia proposta [dela devendo constar: considerações que justificam e fundam o desencadeamento do procedimento, pela indicação sucinta, mas precisa, do objeto do (o que se visa com o) procedimento (ou seja, qual a específica matéria normativa que vai ser regulada de novo ou alterada) e a proposta de a quem caberá a direção do procedimento (para efeitos de delegação da direção do procedimento)] ao **Presidente da Câmara**, para efeitos de envio ao Executivo Municipal».

INFORMAÇÃO/PROPOSTA

- A) Da proposta que foi remetida a este Departamento está fundamentada a criação do Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária para Habitação Própria e Permanente.
- B) O Município está habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241º da CRP, sendo a habitação uma das atribuições do Município, cf. alínea i) n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- C) A proposta de regulamento encontra-se em fase de elaboração, em articulação dos serviços do Município com a Bragahabit, EM.,
- D) Nesta fase, o processo foi remetido a este DJ apenas para desencadear os procedimentos legais de regulamentação.
- E) O processo estará em condições de ter seguimento para o Ex.mo Sr. Vereador com a área de responsabilidade da Habitação, e Sr. Presidente da Câmara, para efeitos de remessa ao Executivo Municipal

Assim, e em caso de concordância superior:

Deverá o processo ser remetido à **Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos** para os **procedimentos necessários à submissão a reunião do Executivo Municipal**, para:

- Sob proposta do Sr. Vereador com a área de responsabilidade da Habitação, Dr. João Rodrigues – solicitar aprovação do **início do presente procedimento de elaboração regulamentar**, que deverá depois ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA.



A jurista, gestora do procedimento,
Helena Freitas Pereira

DESPACHOS

<p>Sr.^a Diretora de Departamento,</p> <p>Concordo, remeto em anexo ao Sr. Diretor Municipal.</p> <p>23/11/2022</p>	<p>Sr. Diretor Municipal de Gestão,</p> <p>Com a minha concordância remitto-se à emissão do Sr. Vereador</p> <p>DMG 123/11/2022</p>
---	---

DESPACHOS

<p>Sr. Vereador, com a área de responsabilidade da Habitação, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021, Dr. João Rodrigues,</p>	<p>Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Rio</p>
---	--